

III – Conclusão

Percebemos ao longo da pesquisa que todos os órgãos possuem muitos questionamentos, especialmente no que se refere ao quantitativo de pessoas portadoras de deficiência, nos quais os motivos estão principalmente atrelados à necessidade de auxiliar o planejamento de serviços, programas, projetos, bem como fundamentar propostas para elaboração e reformulação de políticas públicas.

Neste sentido, para que haja uma intervenção mais precisa e eficiente, faz-se necessário que as investigações sobre esta parcela da população levem em consideração os diferentes tipos de deficiência, bem como os campos de atuação. Isto é justificado, pois o segmento apresenta peculiaridades diferenciadas que, se não bem mensuradas podem dificultar a qualidade das ações. Além disso, as entidades representativas poderão apresentar propostas baseadas em dados concretos, ou seja condizentes com a realidade do seu público -alvo.

Notamos também que as reclamações estavam também direcionadas a dificuldade de acesso a essas pesquisas, uma vez que as poucas ocasiões que estas são elaboradas, a respeito da população brasileira, as instituições não tomam conhecimento dos resultados.

Desta forma, muitos acabam se reportando a dados de investigações em nível mundial, o que, conseqüentemente, as ações acabam se tornando paliativas, não resolvendo assim a situação deste segmento.

Vale ressaltar que o sistema de descentralização foi implementado no governo brasileiro com o intuito de aproveitar mais adequadamente os recursos disponíveis. No entanto, se não sabemos o que ocorre junto à realidade desse segmento, como poderemos intervir com eficiência?

Neste contexto, a melhor forma de divulgar os dados é por meio de remessa postal ou internet, às instituições competentes.

Outro ponto importante está relacionado aos dados que as instituições gostariam de receber, pois, como percebemos ao longo da pesquisa, o único setor que ressaltou que os dados fossem realizados levando em consideração os vários tipos de deficiência, bem como os campos de atuação, foi a área não governamental. Isto pode ser explicado devido a esfera governamental (federal, estadual e distrital) desenvolver ações para o segmento como um todo, independente do tipo de deficiência, ao contrário das organizações não governamentais, que estão direcionadas mais especificamente a cada

segmento .

Ao longo do tempo às pessoas portadoras de deficiência foram alvo de preconceitos, sendo uma das maiores barreiras àquela relacionada à ordem cultural. Desta forma, a melhor maneira de mudar essa situação é por meio da conscientização social sobre aspectos relacionados a esta parcela da população.

Neste sentido, qual a melhor maneira de se obter esse resultado, se não através da explanação das condições de vida na qual se encontram estas pessoas?

Neste contexto, a pesquisa realizada de forma detalhada e específica a cada tipo de deficiência e área de atuação será de grande valia para toda a sociedade.

Anexo I

(Questionário apresentado à área não governamental)

- 1 . Essa Instituição e suas associadas utilizam dados, de pesquisas das áreas governamental e não governamental, sobre pessoas portadoras de deficiência? Por que?
2. Como são utilizados esses dados?
3. Qual o objetivo desses dados?
4. Como são utilizados esses dados para programar e promover o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência?
5. Como esses dados são obtidos pela (s) Instituição (s) ?
6. Quais os tipos de dados que a (s) instituição (s) recebe?
7. O que mais dificulta a obtenção desses dados?
8. Esses dados são suficientes ? Por que?
9. Como a (s) Instituição (s) gostaria de receber os dados?
10. Quais os tipos de dados que as entidades necessitam? Por que?

(Questionário apresentado à área governamental)

1. Essa Instituição utiliza dados, de pesquisas das áreas governamental e não governamental, sobre pessoas portadoras de deficiência? Por que?
2. Como são utilizados esses dados?
3. Qual o objetivo desses dados?
4. Como são utilizados esses dados para programar e promover o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência?
5. Como esses dados são obtidos pela (s) Instituição (s) ?
6. Quais os tipos de dados que a (s) instituição (s) recebe?
7. O que mais dificulta a obtenção desses dados?
8. Esses dados são suficientes ? Por que?
9. Como a (s) Instituição (s) gostaria de receber os dados?
10. Quais os tipos de dados que as entidades necessitam? Por que?

Bibliografia

BRASIL. Portaria nº537 de 1º de outubro de 1999. (Dispõe sobre a composição e funcionamento do CONADE).

_____. Constituição da República Federativa do Brasil(1988).

IBGE – Censo Demográfico 2000